UFSM

InterAção

ISSN 2357-7975
ACESSO ABERTO

IA., Santa Maria, v. 17, n. 3, e98707, p. 1-13, 2026 • https://dx.doi.org/10.5902/2357797598707
Submissão: 07/09/2026 • Aprovação: 14/09/2026 • Publicação: 02/10/2026

Artigos Dossiê

Da África como objeto à África como sujeito de segurança: Brasil-Nigéria no Atlântico Sul

From object to security subject: Brazil-Nigeria cooperation in the South Atlantic

Marcelo Carvalho Ribeiro[I]

[I]Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Resumo

Este artigo examina a cooperação de defesa entre Brasil e Nigéria a partir do debate sobre teorias não ocidentais de Relações Internacionais e agência africana. O ponto de partida é a crítica à representação recorrente da África como espaço de crise e destinatária de agendas de segurança formuladas externamente. Como fonte primária, utiliza-se entrevista institucional concedida pelo Adido de Defesa da Nigéria no Brasil, Brigadier General Momanie Okon Edide, à Revista InterAção, destinada à publicação pela própria revista. O material é examinado em diálogo com literatura sobre diversidade teórica, eurocentrismo nos estudos de segurança e agência externa africana. O argumento é que a cooperação Brasil-Nigéria permite observar a Nigéria como ator que formula prioridades de defesa, busca cooperação no Atlântico Sul e associa formação, tecnologia e diplomacia militar à ampliação de suas capacidades. Esse movimento reposiciona a Nigéria como sujeito de segurança, embora sua atuação permaneça inserida na linguagem estatal da soberania, da defesa e da cooperação militar.

Palavras-chave: África; Segurança internacional; Brasil-Nigéria; Diplomacia de defesa; Teorias não ocidentais

Artigo publicado por InterAção sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

Abstract

This article examines defence cooperation between Brazil and Nigeria through the debate on non-Western International Relations theories and African agency. It starts from a critique of the recurring representation of Africa as a space of crisis and a recipient of security agendas formulated elsewhere. As a primary source, the article uses an institutional interview granted by Nigeria's Defence Attaché in Brazil, Brigadier General Momanie Okon Edide, to Revista InterAção, intended for publication by the journal itself. The material is examined in dialogue with literature on theoretical diversity, Eurocentrism in security studies, and African external agency. The argument is that Brazil-Nigeria cooperation makes it possible to observe Nigeria as an actor that formulates defence priorities, seeks cooperation in the South Atlantic, and links training, technology, and defence diplomacy to the expansion of its capabilities. This movement repositions Nigeria as a security subject, although its action remains embedded in the state-centred language of sovereignty, defence, and military cooperation.

Keywords: Africa; International security; Brazil-Nigeria; Defence diplomacy; Non-Western theories

1 INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais nasceram olhando para certos problemas e quase sempre a partir do mesmo ponto de observação. Guerra entre potências, equilíbrio de poder, soberania estatal e instituições liberais ocuparam o centro da disciplina. Esses temas importam. O problema surge quando essa experiência passa a valer como medida universal e outras histórias entram no campo como desvio ou atraso.

A África sentiu esse enquadramento de forma direta. Nos estudos de segurança, o continente aparece muitas vezes associado à fragilidade estatal, ao conflito interno, à pirataria ou ao terrorismo. As ameaças existem e não convém negá-las. Ainda assim, a repetição dessa imagem produz um efeito político: a África vira objeto de segurança. Alguém a interpreta, alguém a estabiliza, alguém define o que falta. Pouco se pergunta sobre o que os próprios atores africanos formulam como agenda.

Este artigo parte desse incômodo. A proposta é analisar a cooperação de defesa entre Brasil e Nigéria como entrada para discutir teorias não ocidentais de Relações Internacionais. O foco está na relação bilateral e, sobretudo, em como a diplomacia de defesa nigeriana, ao dialogar com o Brasil, permite pensar agência africana no Atlântico Sul.

A principal fonte primária do estudo é uma entrevista institucional concedida pelo Adido de Defesa da Nigéria no Brasil, Brigadier General Momanie Okon Edide, à Revista InterAção, originalmente produzida para divulgação acadêmica e institucional e destinada à publicação pela própria revista. Sua fala apresenta uma agenda que envolve o Atlântico Sul, o Golfo da Guiné, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o exercício OBANGAME EXPRESS, a formação militar e a cooperação tecnológica (EDIDE, 2026). Esses temas compõem uma leitura nigeriana sobre segurança e parceria com o Brasil.

A hipótese é que a diplomacia de defesa Brasil-Nigéria revela uma forma de agência africana que desafia a imagem da África como espaço receptor de segurança. A Nigéria se coloca como ator atlântico, com interesses próprios e capacidade de formular cooperação. Essa agência, porém, não abandona a gramática clássica da segurança internacional: soberania, defesa estatal, acordos formais e treinamento militar continuam sendo instrumentos de inserção estratégica.

O problema de pesquisa pode ser formulado assim: em que medida a cooperação de defesa Brasil-Nigéria, tal como apresentada pela diplomacia militar nigeriana no Brasil, ajuda a deslocar a África da posição de objeto de segurança para a condição de sujeito estratégico no Atlântico Sul? Após esta introdução, o artigo apresenta os procedimentos teórico-metodológicos, discute teoria e diversidade em Relações Internacionais, examina a crítica africana ao eurocentrismo nos estudos de segurança, aborda a agência externa africana e, por fim, analisa a entrevista como fonte institucional.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter qualitativo e interpretativo. Combina revisão bibliográfica com leitura analítica de uma fonte primária institucional. A revisão mobiliza o debate sobre teoria e diversidade em Relações Internacionais a partir de DUNNE et al. (2013), incorpora a crítica de DANSO e ANING (2022) ao eurocentrismo nos estudos

de segurança e utiliza RENO (2001) para iluminar as relações externas africanas em contextos de vulnerabilidade e assimetria.

A fonte primária é a entrevista institucional concedida por Momanie Okon Edide à Revista InterAção em 26 de maio de 2026. O roteiro foi previamente encaminhado à Aditância de Defesa da Nigéria e, após a entrevista, a própria Seção de Defesa nigeriana remeteu versão editada das respostas. O material foi produzido desde a origem para divulgação acadêmica e institucional e está destinado à publicação pela revista. Neste artigo, a entrevista é tratada como manifestação institucional situada da diplomacia de defesa nigeriana, sem pretensão de representar, isoladamente, a totalidade da política externa ou da política de defesa da Nigéria.

A leitura privilegia os enquadramentos presentes na fonte: a identificação de ameaças, a formulação de prioridades, a escolha de parceiros, os mecanismos de cooperação e a linguagem empregada para tratar soberania, segurança marítima, formação militar e tecnologia. As afirmações atribuídas ao Adido são utilizadas para reconstruir essa perspectiva institucional e são distinguidas das inferências analíticas desenvolvidas pelo artigo.

Declaração de uso de IA generativa: o ChatGPT, da OpenAI, foi utilizado como ferramenta auxiliar de revisão linguística, organização textual e adequação editorial. A seleção das fontes, a análise, os argumentos e a validação da versão final permanecem sob responsabilidade do autor.

3 TEORIA E DIVERSIDADE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Analisar a relação de defesa entre Brasil e Nigéria exige uma decisão teórica. Uma entrevista com um adido de defesa pode ser lida como relato institucional. Também pode ser lida como indício de como um Estado se apresenta e organiza sua agenda no sistema internacional. A segunda possibilidade interessa mais a este artigo.

DUNNE et al. (2013) lembram que a teoria ocupa lugar central na disciplina. Ela orienta o olhar, define o que conta como problema, quem aparece como ator e

quais relações merecem atenção. Mesmo uma análise que se apresenta como prática carrega pressupostos sobre poder, ameaça e cooperação.

Essa observação pesa quando se trata de teorias não ocidentais. Durante muito tempo, as categorias dominantes de Relações Internacionais vieram de experiências europeias e norte-americanas. O Estado soberano, a anarquia internacional, o equilíbrio de poder e a ordem liberal foram tratados como linguagem comum. A disciplina se apresentou como universal, embora sua base histórica fosse localizada.

Defender diversidade teórica significa aceitar que outras experiências também podem produzir conceitos e perguntas. Perspectivas africanas, pós-coloniais e críticas alteram o ponto de partida: em vez de perguntar apenas como a África se ajusta aos modelos existentes, torna-se possível perguntar o que a experiência africana revela sobre segurança internacional.

Esse deslocamento muda a leitura da cooperação Brasil-Nigéria. Uma abordagem convencional poderia concentrar-se na descrição de acordos e atividades de rotina. A questão que orienta este texto é outra: a fala do adido nigeriano reproduz a imagem da África como espaço de insegurança ou ajuda a projetar a Nigéria como produtora de agenda?

A teoria também participa da construção de hierarquias. Quando um Estado é repetidamente descrito como frágil ou falido, a categoria molda expectativas sobre quem fala, quem é ouvido e quem é transformado em objeto de intervenção. Pensar a África como sujeito de segurança exige enfrentar esse mecanismo.

A entrevista abre caminho para esse debate. O documento não apresenta somente uma lista de ameaças. Ele expõe prioridades: segurança marítima, cooperação no Atlântico, formação de oficiais, fóruns multilaterais e busca de tecnologia (EDIDE, 2026). Nessa formulação, a Nigéria aparece como ator que interpreta seu entorno e propõe cooperação. A fonte permite observar, portanto, uma disputa de enquadramento.

4 SEGURANÇA AFRICANA E CRÍTICA AO EUROCENTRISMO

A passagem da África como objeto à África como sujeito de segurança passa pela crítica ao modo como o continente foi lido nos estudos de segurança. A literatura convencional costuma partir de uma pergunta marcada pela falta: o que o Estado africano não consegue fazer? Dessa pergunta decorrem diagnósticos conhecidos sobre falência, ausência de controle territorial, violência difusa e incapacidade institucional.

DANSO e ANING (2022) atacam a base desse raciocínio. Para os autores, as Relações Internacionais e os Estudos de Segurança foram formados por uma matriz eurocêntrica. A experiência ocidental aparece como regra, enquanto outras trajetórias são tratadas como exceção. O conceito de Estado usado como medida de comparação vem carregado de história e, quando aplicado como padrão único, transforma diferenças em deficiências.

Esse tipo de leitura produz um efeito prático. A África passa a ser vista como espaço a ser administrado. Seus atores aparecem como alvos de intervenção, assistência ou reforma. A agência local fica encoberta, enquanto autoridades africanas, forças armadas, comunidades, organizações regionais e instituições de pesquisa tornam-se secundárias diante de diagnósticos formulados fora do continente.

DANSO e ANING (2022) propõem a ideia de alternatividade. O termo não implica recusa automática das teorias ocidentais, mas abertura para outros pontos de partida. A experiência africana pode gerar perguntas próprias sobre autoridade, ordem e segurança e também expor limites de conceitos apresentados como universais.

Essa chave permite uma leitura mais cuidadosa da entrevista. O adido nigeriano reconhece ameaças como terrorismo, insurgência, pirataria, pesca ilegal, mineração ilegal e tráfico de drogas, mas sua fala não se encerra nelas. A resposta nigeriana aparece como construção de parceria, especialmente em segurança marítima e cooperação no Atlântico Sul (EDIDE, 2026).

A comparação feita pelo Adido entre a Amazônia e áreas de floresta e savana na Nigéria amplia a moldura da segurança para questões de território, circulação

ilícita, presença estatal e gestão de espaços complexos (EDIDE, 2026). Brasil e Nigéria surgem, nessa formulação, como países capazes de compartilhar experiências. Não há uma relação simples entre quem ensina e quem recebe.

Essa leitura reposiciona o Brasil no argumento. O país aparece como parceiro situado no mesmo eixo sul-atlântico. A cooperação com a Nigéria pode ser pensada como relação Sul-Sul, com limites e assimetrias, mas também com espaços de horizontalidade. A fala do adido expressa uma tentativa de construir reconhecimento entre países que compartilham problemas sem ocupar o centro tradicional do poder global.

Ainda assim, convém evitar idealização. A diplomacia de defesa opera por meio de categorias conhecidas: soberania, não intervenção, Estado e força armada. A novidade está no uso dessa linguagem para afirmar uma posição africana. A Nigéria aparece como sujeito de segurança porque mobiliza instrumentos tradicionais a partir de seus próprios interesses.

5 AGÊNCIA EXTERNA AFRICANA E DIPLOMACIA DE DEFESA

RENO (2001) ajuda a tratar a política externa africana sem reduzi-la à fragilidade. Seu argumento parte de contextos em que a autoridade estatal é disputada e as relações externas atravessam redes formais e informais. O ponto útil para este artigo é que vulnerabilidade não elimina agência. Mesmo sob pressão, governos africanos mobilizam soberania jurídica, recursos, relações diplomáticas e vínculos com parceiros externos e fazem política internacional em condições de assimetria. Essa perspectiva evita tanto a romantização da agência africana quanto sua negação em razão das vulnerabilidades internas.

A diplomacia de defesa nigeriana no Brasil pode ser lida nessa chave. A entrevista menciona ameaças internas e regionais, mas as converte em agenda de cooperação. O Adido fala de intercâmbio militar, visitas técnicas, ZOPACAS, OBANGAME EXPRESS, LAAD, BRICS e tecnologia de defesa. A Nigéria se coloca como parceira interessada em ampliar suas opções (EDIDE, 2026).

A função do adido também ganha densidade nesse quadro. Edide descreve a Aditância como representação das Forças Armadas da Nigéria, instância de assessoramento à Embaixada e facilitadora de contatos, treinamento e visitas operacionais (EDIDE, 2026). Sua atuação integra uma diplomacia que trabalha confiança, agenda comum e acesso institucional.

A formação militar é um exemplo concreto. A entrevista registra cadetes nigerianos formados em academias brasileiras, oficiais nigerianos em cursos de operações de paz no Brasil e oficiais brasileiros em instituições nigerianas (EDIDE, 2026). Esse movimento cria redes profissionais e mostra que conhecimento militar pode circular entre países do Sul Global.

A agenda tecnológica reforça o mesmo argumento. Quando o Adido menciona oportunidades de transferência de tecnologia, a cooperação deixa de ser apresentada apenas como aquisição de material e passa a envolver construção de capacidade (EDIDE, 2026). Para países do Sul Global, esse ponto é estratégico: formação de competências, absorção tecnológica e ampliação de autonomia podem reduzir dependências, ainda que dentro de mercados de defesa profundamente assimétricos.

Os espaços multilaterais citados na entrevista ampliam a margem de ação nigeriana. A ZOPACAS oferece uma linguagem política para o Atlântico Sul; o OBANGAME EXPRESS materializa a cooperação em segurança marítima; a LAAD aproxima diplomacia, indústria e tecnologia; e os BRICS aparecem como moldura política adicional para ampliar a interlocução com o Brasil (EDIDE, 2026).

A partir de RENO (2001), essa movimentação pode ser lida como construção de opções em contexto de assimetria. A diplomacia de defesa Brasil-Nigéria revela uma Nigéria que busca interlocução e reconhecimento, enquanto formação militar e tecnologia funcionam como meios dessa estratégia. As vulnerabilidades não desaparecem, mas tampouco anulam a capacidade de ação.

6 BRASIL-NIGÉRIA NO ATLÂNTICO SUL: A ENTREVISTA COMO FONTE INSTITUCIONAL

A entrevista com o Brigadier General Momanie Okon Edide constitui o núcleo empírico do artigo. Seu valor está menos na novidade factual de cada informação e mais no modo como a cooperação é narrada. A Nigéria aparece como ator que lê o espaço atlântico, identifica problemas comuns e busca ampliar sua presença em fóruns de defesa (EDIDE, 2026).

O primeiro eixo é geográfico. Brasil e Nigéria são países atlânticos, e essa condição aproxima os dois Estados em temas de segurança marítima. Na perspectiva apresentada pelo Adido, as agendas se encontram em problemas como tráfico de drogas, pirataria e pesca ilegal, além do interesse compartilhado por maior cooperação no Atlântico (EDIDE, 2026).

O segundo eixo é histórico. Edide menciona os vínculos culturais derivados da diáspora africana no Brasil e associa a permanência dessas referências culturais à construção de laços estratégicos entre os dois países (EDIDE, 2026). A defesa, nessa formulação, aparece conectada a uma história atlântica mais ampla.

O terceiro eixo é institucional. A entrevista registra a cordialidade das relações bilaterais e menciona mecanismos de cooperação, entre eles uma comissão de defesa e segurança realizada em 2010, um acordo de cooperação em defesa firmado em 2025 e um mecanismo de diálogo estratégico (EDIDE, 2026). No argumento do artigo, esses elementos indicam uma busca de continuidade institucional, sem que a entrevista, isoladamente, seja tomada como inventário exaustivo dos instrumentos bilaterais.

A segurança marítima ocupa lugar central. A referência à ZOPACAS insere a relação Brasil-Nigéria em uma moldura sul-atlântica. O Adido também destaca a participação nigeriana em atividades vinculadas à iniciativa e apresenta o Atlântico Sul como espaço de paz, cooperação e articulação entre países da região (EDIDE, 2026).

O exercício OBANGAME EXPRESS aparece como dimensão prática dessa agenda. Na entrevista, ele é apresentado como exercício multinacional de segurança marítima voltado à cooperação, à interoperabilidade e à resposta a crimes transnacionais no mar; o Adido também menciona participação brasileira em edição recente (EDIDE, 2026). A experiência do Golfo da Guiné, nesse ponto, surge como possível fonte de aprendizagem recíproca.

A LAAD cumpre outra função na narrativa do Adido: aproximar diplomacia de defesa, forças armadas, indústria e tecnologia. A presença de delegações nigerianas nesses espaços é apresentada como oportunidade de contato e de desenvolvimento de parcerias, inclusive em material de defesa e transferência de tecnologia (EDIDE, 2026).

A formação militar também ocupa posição relevante. A circulação de cadetes e oficiais cria vínculos de longo prazo, favorece confiança institucional e amplia o conhecimento mútuo. Em defesa, redes profissionais podem sustentar projetos e mecanismos de cooperação para além da formalização inicial de acordos.

O Adido valoriza universidades, escolas militares e revistas acadêmicas como instrumentos de aproximação. Ele aponta a pesquisa, o intercâmbio de estudantes e o diálogo entre centros de excelência como meios para aprofundar a relação Brasil-Nigéria e identifica temas como estratégia de defesa, parcerias de defesa, diplomacia de defesa e segurança Sul-Sul como agendas de pesquisa (EDIDE, 2026).

A referência aos BRICS acrescenta outra camada. Na fala do Adido, a condição da Nigéria como país parceiro do agrupamento é vista como oportunidade para ampliar a colaboração com o Brasil, inclusive em áreas relacionadas a tecnologia e intercâmbio institucional (EDIDE, 2026). Os BRICS não constituem aliança militar, mas podem oferecer ambiente político para discutir autonomia, capacidades e governança internacional.

A entrevista não rompe com a linguagem clássica da segurança. O Adido fala em soberania, não intervenção, treinamento militar, cooperação institucional e aquisição

de capacidades (EDIDE, 2026). Isso reforça a ambivalência do caso: a agência africana opera dentro das instituições existentes e utiliza a linguagem do Estado para afirmar uma posição própria.

A cooperação Brasil-Nigéria é convencional em muitos de seus meios: passa por aditâncias, acordos, formação e exercícios. Seu interesse analítico está no sentido político que assume quando dois países do Sul Global formulam convergências a partir de problemas que reconhecem como próprios. A África deixa de aparecer somente como tema de segurança e passa a participar da formulação da agenda.

Vista assim, a entrevista funciona como registro de uma prática de reconhecimento. O Brasil aparece como parceiro atlântico; a Nigéria, como ator que identifica prioridades e propõe cooperação. A teoria entra para nomear e problematizar esse deslocamento.

7 CONCLUSÃO

Este artigo analisou a cooperação de defesa entre Brasil e Nigéria a partir de uma pergunta teórica: em que medida a diplomacia militar nigeriana ajuda a deslocar a África da posição de objeto de segurança para a condição de sujeito estratégico no Atlântico Sul? A entrevista institucional utilizada como fonte mostra esse deslocamento em práticas de diplomacia de defesa, formação militar, segurança marítima, participação em fóruns e busca de capacidades tecnológicas.

A fala do Adido reconhece ameaças como terrorismo, insurgência, pirataria, pesca ilegal, mineração ilegal e tráfico de drogas. Esses temas, porém, não servem somente para descrever vulnerabilidade. Na narrativa examinada, eles organizam propostas de cooperação com o Brasil e ajudam a afirmar a Nigéria como ator atlântico (EDIDE, 2026).

O argumento do artigo é que a diplomacia de defesa Brasil-Nigéria revela agência africana. A Nigéria identifica convergências, valoriza mecanismos de diálogo, participa de exercícios, investe em formação e busca cooperação tecnológica. Essa

atuação desafia leituras que reduzem a África a espaço de crise. Ao mesmo tempo, a agência ocorre dentro da gramática estatal da defesa, produzindo uma tensão entre alternatividade e linguagem tradicional.

A cooperação Sul-Sul não elimina assimetrias nem substitui as formas conhecidas de diplomacia militar. Ainda assim, abre espaço para que Brasil e Nigéria formulem segurança a partir do Atlântico Sul e construam alternativas de cooperação sem depender exclusivamente de enquadramentos produzidos no Norte Global.

A dimensão tecnológica merece atenção particular. A referência à transferência de tecnologia conecta diplomacia de defesa à construção de capacidades e à busca por maior autonomia. Para a agenda de defesa no Sul Global, esse ponto sugere que cooperação tecnológica não deve ser avaliada apenas pelo fluxo de equipamentos, mas também pela capacidade de formar pessoas, absorver conhecimento e ampliar margens nacionais de decisão.

A abertura da Revista InterAção à publicação da entrevista também evidencia o papel da produção acadêmica na circulação de perspectivas institucionais africanas. Ao tratar um representante nigeriano como interlocutor e fonte de reflexão, cria-se espaço para uma leitura em que a África participa da produção da agenda, em vez de aparecer apenas como objeto distante de análise.

O caso Brasil-Nigéria sugere uma agenda de pesquisa ainda pouco explorada. A ZOPACAS, a participação brasileira em exercícios no Golfo da Guiné, a formação de militares africanos no Brasil e a cooperação tecnológica em defesa oferecem caminhos para estudos posteriores. A entrevista examinada aqui não encerra essas questões; ela ajuda a formulá-las a partir de uma perspectiva nigeriana.

A África aparece como objeto de segurança quando suas experiências são enquadradas por categorias externas e hierárquicas. Torna-se sujeito quando seus atores formulam problemas, definem prioridades e propõem cooperação. A diplomacia de defesa nigeriana no Brasil mostra essa segunda possibilidade em movimento, e é nesse movimento que a cooperação Brasil-Nigéria ganha valor para o debate sobre teorias não ocidentais de Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

DANSO, K.; ANING, K. African experiences and alternativity in International Relations theorizing about security. **International Affairs**, v. 98, n. 1, p. 67-83, 2022. DOI: https://doi.org/10.1093/ia/iiab204.

DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (ed.). **International relations theories**: discipline and diversity. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

EDIDE, Momanie Okon. **Relações de defesa Brasil-Nigéria**. Entrevista concedida à revista InterAção. Brasília, 26 maio 2026. Publicação prevista em 2026.

RENO, W. External relations of weak states and stateless regions in Africa. *In*: KHADIAGALA, G. M.; LYONS, T. (ed.). **African foreign policies**: power and process. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001. p. 185-206. DOI: https://doi.org/10.1515/9781685850210-010.

Autoria

1 Marcelo Carvalho Ribeiro

Bacharel em Direito, Mestre em Operações Militares, Doutor em Ciências Militares pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras; General de Brigada da reserva do Exército Brasileiro; Doutor em Ciências Militares; Mestrando em Relações Internacionais

https://orcid.org/0000-0002-5413-3015 • marcelo.ribeiro@acad.ufsm.br

Como citar este artigo

RIBEIRO, M. C. Da África como objeto à África como sujeito de segurança: Brasil-Nigéria no Atlântico Sul. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 3, e98707, p. 1-13, 2026. DOI 10.5902/2357797598707. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5902/2357797598707. Acesso em: dia mês abreviado. ano.